

Anexo do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23205.007362/2020-82

Solução para Aulas Interativas Remotas

Chapecó/SC, Agosto de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Sumário

OBJETO	3
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	6
Bens e serviços que compõem a solução	6
JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO	7
Contextualização e Justificativa da Contratação	7
Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais	7
Estimativa da demanda	7
Parcelamento da Solução de TIC	7
Da justificativa da formação de grupo	8
Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	8
ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	9
Requisitos de Negócio	9
Requisitos de Capacitação	9
Requisitos Legais	9
Requisitos de Manutenção	9
Requisitos Temporais	9
Requisitos de Segurança	9
Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	10
Requisitos de Arquitetura Tecnológica	10
Requisitos de Projeto e de Implementação	10
Requisitos de Implantação	10
Requisitos de Garantia	10
Requisitos de Formação da Equipe	10
Requisitos de Metodologia de Trabalho	10
Requisitos de Segurança da Informação	11
Outros Requisitos Aplicáveis	11
Requisito de sustentabilidade	11
RESPONSABILIDADES	13
Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	13
Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	14
Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços	15
MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	15
MODELO DE GESTÃO DO OBJETO	16
Entrega e Critérios de Aceitação do objeto:	16
Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento	17
Do Pagamento	20
ESTIMATIVA DE PREÇOS	23
DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	25
DOS ENCARTES	27
DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO	27

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019



1. OBJETO

Registro de Preços, visando a aquisição de equipamentos e acessórios para a Solução Tecnologia da Informação e Comunicação de aulas interativas remotas para atender as necessidades da Universidade Federal da Fronteira Sul no âmbito do Programa PRACTICE, conforme condições, quantidades e exigências descritas e estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) Quantidade Mínima: representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) Quantidade Máxima: representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

Quadro de especificações da solução

Id	Item	Unid	QTD Min.	QTD Máx.	Valor Unitário (médio)	Valor total
1	Plataforma aberta de hardware e software embarcada Composto pelos componentes e quantidades e especificações mínimas constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução.	Unit	100	200	R\$ 967,02	R\$ 193.404,00
2	Camera 8 MPixels Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução.	Unit	100	200	R\$399,10	R\$ 79.820,00
3	Microfone Condensador Shotgun com acessórios Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução.	Unit	200	400	R\$ 606,03	R\$ 242.413,33
4	Microfone lapela profissional Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 66,33	R\$ 13.265,33



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

5	Cabo HDMI 8m com adaptador microHDMI Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 77,45	R\$ 15.490,67
6	Patch-cord Cat6 Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 104,75	R\$ 20.950,67
7	Suporte de teto universal para projetor Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit.	100	200	R\$ 99,00	R\$ 19.800,00
8	Cabo XLR fêmea /XLR macho Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 87,93	R\$ 17.586,00
9	Cabo XLR fêmea/ P2 stereo (TRS) macho Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 73,93	R\$ 14.786,00
10	Fonte Phantom Power 48V Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 216,63	R\$ 43.325,33
11	Suporte para câmera PI noir V2 Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 80,63	R\$ 16.125,33
Valor Total						R\$ 676.966,67

As especificações técnicas dos bens a serem fornecidos estão discriminados no **ENCARTE A - Especificações Técnicas da solução.**

O objeto da licitação tem a natureza de serviços/bens comuns de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

A especificação geral, os quantitativos, o valor máximo aceitável, os respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela no "item 8" deste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, "Encarte C" deste Termo de Referência, abrange o fornecimento, garantia e demais especificações técnicas;

A licitação será realizada na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, com



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM E POR LOTE** com a utilização do Sistema de Registro de Preços.

Bens e serviços que compõem a solução

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Unidade	Quantidade
1	Plataforma aberta de hardware e software embarcada	443330	Unit.	200
2	Camera 8 MPixels	150352	Unit.	200
3	Microfone Condensador Shotgun com acessórios	44032	Unit.	400
4	Microfone lapela profissional	44032	Unit.	200
5	Cabo HDMI 8m com adaptador microHDMI	352973	Unit.	200
6	Patch-cord Cat6	295662	Unit.	200
7	Suporte de teto universal para projetor	150514	Unit.	200
8	Cabo XLR fêmea / XLR macho	330920	Unit.	200
9	Cabo XLR fêmea/ P2 stereo (TRS) macho	330920	Unit.	200
10	Fonte Phantom Power 48V	21768	Unit.	200
11	Suporte para câmera PI noir V2	150463	Unit.	200

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. A contextualização e justificativa da Contratação encontram-se minudenciado no “item 2 ” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte E” deste Termo de Referência.

Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
	Funcionamento da UFFS

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição
12624	Plataforma aberta de hardware e software embarcada
12625	Camera 8 MPixels



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

12619	Microfone Condensador Shotgun com acessórios
12621	Microfone lapela profissional
12622	Cabo HDMI 8m com adaptador microHDMI
12626	Patch-cord Cat6
12654	Suporte de teto universal para projetor
12655	Cabo XLR fêmea /XLR macho
12656	Cabo XLR fêmea/ P2 stereo (TRS) macho
12657	Fonte Phantom Power 48V
12658	Suporte para câmera PI noir V2

Estimativa da demanda

- 3.1.2. A estimativa da demanda encontra-se minudenciado nos “item 9” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Parcelamento da Solução de TIC

- 3.1.3. A solução foi decomposta em 11 (onze) itens, sem agrupamento de itens.
- 3.1.4. A solução adotará o Sistema de Registro de Preços conforme especificado no Item 12 (*DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR*) e seus subitens deste Termo de Referência.

Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.1.5. A inclusão digital dos estudantes por meio da disponibilização de tecnologias aos estudantes para o desenvolvimento de aulas de forma remota. Sendo que esta e outras ações, a serem adotadas pela UFFS, irão possibilitar o retorno às aulas no formato não presencial. E ainda, a retomada o calendário acadêmico que encontra-se suspenso (de abril até o momento - Agosto 2020), por não haver condições de aulas em outro formato diferente do formato presencial.
- 3.1.6. Possibilitar de condução de aulas interativas remotas (comunicação em duas mãos entre sala de aula presencial e participantes remotos).
- 3.1.7. Possibilitar que um convidado remoto (ex. professor ou palestrante convidado) participe da aula através da solução proposta;
- 3.1.8. Viabilização do acompanhamento não-presencial de aulas da UFFS por parte de discentes com dificuldade de deslocamento até os campi.
- 3.1.9. A comunidade acadêmica poderá usufruir dos equipamentos e infra-estrutura para criação de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

materiais digitais em diversos contextos, incluindo, mas não se limitando, a trabalhos acadêmicos, ações de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

- 3.1.10. Possibilitar a criação e desenvolvimento conteúdos digitais, em diferentes mídias e plataformas, bem como auxiliar na produção deste material por demanda direta dos Docentes, Discentes e TAES.
- 3.1.11. Durante o período de pandemia, a solução permite que docentes possam lecionar aulas presenciais com um número reduzido de discentes em sala de aula, disponibilizando à parcela faltante o acompanhamento das aulas de forma remota. Após o período de pandemia, a tecnologia poderá ser utilizada para enriquecimento das aulas através de interações remotas (de convidados ou ausentes), ou presencialmente via dispositivos móveis.
- 3.1.12. Criação de aplicativo móvel e tecnologia própria da UFFS para acesso, manipulação e orquestração dos serviços de interação remota.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

- 4.1.1. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.1” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Capacitação

- 4.1.2. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.3.1” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos Legais

- 4.1.3. Atender a legislação vigente na contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Requisitos de Manutenção

- 4.1.4. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 5.2.1 e 5.2.8” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

- 4.1.5. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.3.2” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.



Requisitos de Segurança

- 4.1.6. Atender a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFFS - POSIC (POSIC PORTARIA Nº 216/GR/UFFS/2018) vigente e normas complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2018-0216>

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.1.7. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.3.6” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.1.8. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.2” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.1.9. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 4” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Implantação

- 4.1.10. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.3.3” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Garantia

- 4.1.11. Os requisitos encontram-se minudenciado no “item 3.3.7” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Requisitos de Formação da Equipe

- 4.1.12. A solução visa o fornecimento de bens e para este caso esse requisito não se aplica.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.1.13. O fornecimentos dos bens está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB)/Nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.
- 4.1.14. A OFB/Nota de empenho indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.
- 4.1.15. A CONTRATADA deve prestar serviço de assistência técnica para os bens objeto desta contratação conforme condições prevista na sessão específica de garantia Termo de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Referência.

- 4.1.16. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

Requisitos de Segurança da Informação

- 4.1.17. A Contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas da UFFS quaisquer dados ou informações disponíveis em componentes dos equipamentos, os quais venham a ter acesso em função dos atendimentos de garantia não podendo revelá-los ou facilitar seu acesso a terceiros.
- 4.1.18. Atender a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFFS - POSIC (POSIC PORTARIA Nº 216/GR/UFFS/2018) vigente e normas complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2018-0216>

Outros Requisitos Aplicáveis

Requisito de sustentabilidade

- 4.1.19. Dos Critérios de Sustentabilidade
- 4.1.19.1. Dos Critérios de Sustentabilidade, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução da instalação/entrega do objeto, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:
- 4.1.19.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- 4.1.19.3. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 4.1.19.4. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- 4.1.19.5. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- 4.1.19.6. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 4.1.19.7. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- 4.1.19.8. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

funcionamento;

- 4.1.19.9. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
- 4.1.19.10. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- 4.1.19.11. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber.
- 4.1.19.12. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.
- 4.1.20. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art.3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

4.1.21. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

5. RESPONSABILIDADES

Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Competem a Contratante as demais obrigações dispostas nos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

de TIC;

Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

Fornecer os bens dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos

Cumprir todas as exigências técnicas constantes nos Estudos Técnicos Preliminares.

Cumprir todas as exigências técnicas e administrativas constantes neste Termo de Referência.

Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

- 5.1.10. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.1.11. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.1.12. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.1.13. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 5.1.14. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.1.15. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
 - 5.1.15.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
 - 5.1.15.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
 - 5.1.15.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. Considerando o objeto da aquisição não fará uso de contrato o mesmo será substituído pela Nota de empenho como especificado no item 10 (DA VIGÊNCIA DO CONTRATO) deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

Entrega e Critérios de Aceitação do objeto:

- 7.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó, SC - Brasil, Caixa Postal 181 - CEP 89802-112, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.
- 7.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 7.1.7. A UFFS se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os bens e ou serviços objeto do Contrato, se considerar em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.
- 7.1.8. Todos os custos decorrentes da rejeição – transporte, documentação, conserto, hospedagem, alimentícios e outros – correrão por conta da Contratada.
- 7.1.9. Caso a UFFS não realize a devida análise de conformidade nos prazos estipulados, a Contratada não poderá ser penalizada, devendo o tempo do atraso ser desconsiderado para fins de cumprimento dos prazos associados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 7.1.10. Os bens serão considerados aceitos somente após, conferidos pelo contratante, atendidas as especificações e condições exigidas no Termo de Referência e demais documentos da licitação;
- 7.1.11. Independente da descrição da proposta do fornecedor, a especificação técnica exigida deverá ser comprovada através de documento de fabricante como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 7.1.12. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.1.12.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.1.12.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.1.12.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.1.12.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.1.12.5. Cometer fraude fiscal.

- 7.1.13. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.1.13.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- 7.1.13.2. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o objeto contratado.
- 7.1.13.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.1.13.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 7.1.13.5. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 7.1.13.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 7.1.13.7. As sanções previstas nos subitens 7.1.13.4, 7.1.13.5 e 7.1.13.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.1.14. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 7.1.14.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 7.1.14.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.1.14.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.1.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.1.16. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.1.17. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 7.1.18. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 7.1.19. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.1.20. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 7.1.21. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.1.22. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.1.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.1.24. **Tabela de Ocorrência, sanções e glosas:**

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

	modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	
2	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
3	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
4	Não executar total ou parcialmente os materiais/serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os materiais solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do objeto.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
7	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto, o que poderá acarretar a rescisão do objeto, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666, de 1993.
8	Não atender aos prazos de entrega	Glosa de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor de cada equipamento em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias. Multa de 2% sobre o valor OFB/Nota de Empenho, no caso da não entrega do equipamento, sem prejuízo da aplicação da glosa.
9	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Objeto.

Do Pagamento

- 7.1.25. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.1.26. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 7.1.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.1.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.1.29. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.1.29.1. o prazo de validade;
 - 7.1.29.2. a data da emissão;
 - 7.1.29.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.1.29.4. o período de prestação dos serviços;
 - 7.1.29.5. o valor a pagar; e
 - 7.1.29.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.1.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.1.31. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.1.32. não produziu os resultados acordados;
 - 7.1.33. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 7.1.34. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.1.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.1.36. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.1.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 7.1.38. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.1.39. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.1.40. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.1.41. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.1.42. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.1.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo I da IN SEGES/MP n.5/2017 quando couber.
- 7.1.44. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.1.45. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

I = (TX)

I (6 / 100)

I = 0,00016438

=

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 8.1. A estimativa de preço foi elaborada pela Equipe de Planejamento, a partir de pesquisas de preços, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MP nº 73, de 05 de agosto de 2020.
- 8.2. O valor total estimado da licitação é de R\$ 676.966,67 (seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Id	Item	Unid	QTD Min.	QTD Máx.	Valor Unitário (médio)	Valor total
1	Plataforma aberta de hardware e software embarcada Composto pelos componentes e quantidades e especificações mínimas constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução.	Unit	100	200	R\$ 967,02	R\$ 193.404,00
2	Camera 8 MPixels Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução.	Unit	100	200	R\$399,10	R\$ 79.820,00
3	Microfone Condensador Shotgun com acessórios Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução.	Unit	200	400	R\$ 606,03	R\$ 242.413,33
4	Microfone lapela profissional Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 66,33	R\$ 13.265,33
5	Cabo HDMI 8m com adaptador microHDMI Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 77,45	R\$ 15.490,67
6	Patch-cord Cat6	Unit	100	200	R\$ 104,75	R\$ 20.950,67



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

	Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução					
7	Suporte de teto universal para projetor Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 99,00	R\$ 19.800,00
8	Cabo XLR fêmea /XLR macho Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 87,93	R\$ 17.586,00
9	Cabo XLR fêmea/ P2 stereo (TRS) macho Especificações constantes no Encarte A - Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 73,93	R\$ 14.786,00
10	Fonte Phanton Power 48V Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 216,63	R\$ 43.325,33
11	Suporte para câmera PI noir V2 Especificações constantes no Encarte A- Especificações técnicas da solução	Unit	100	200	R\$ 80,63	R\$ 16.125,33
Valor Total						R\$ 676.966,67

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica ao objeto.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato será substituído pela Nota de empenho, conforme Art.62 da Lei. 8.666/93.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

Considerando o escopo da solução os valores são fixos e irremovíveis.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Da natureza dos bens e/ou serviços

12.1.1. Quanto ao tipo, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e com o Decreto nº



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

10.024/2019, o OBJETO pretendido enquadra-se como “BEM COMUM” por apresentar, independentemente de sua complexidade, “*padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado*”.

Do regime de execução

- 12.1.2. De acordo com o inc. III do art. 6º da Lei nº 8.666/1993, enquadra-se a pretensão contratual no tipo Compra, por envolver a “*aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente*” a ser processada mediante Sistema de Registro de Preços. Já o regime de execução do objeto qualifica-se como indireto, na modalidade empreitada por preço unitário.

Do Tipo e Critério de Julgamento

- 12.1.3. Na forma do art. 23 da IN SGD/ME Nº 01/2019, são apresentados a seguir os critérios técnicos para avaliação e julgamento das propostas para a fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as disposições normativas e legais aplicáveis às contratações públicas.

Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 12.1.4. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto no 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, com julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.1.5. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

- 12.1.5.1. A Lei nº 8.666/1993, em seu inc. II do art. 15, estabelece que “*as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços*” - assim definido como o “*conjunto de procedimentos para registro forma de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras*” (Decreto nº 7.892/2013, art. 1º, I). À luz do princípio da eficiência, o SRP tem por escopo instrumentalizar meios para aquisição parcelada de bens e serviço pela Administração Pública, sendo, portanto, compatível com a modalidade Pregão Eletrônico (Lei nº 10.520/02, art. 11). Ainda, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, a utilização do Sistema de Registro de Preços deve enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

- 12.1.5.1.1. Art. 3º- O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- 12.1.5.1.2. I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 12.1.5.1.3. II – quando o for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 12.1.5.1.4. III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo: ou
- 12.1.5.1.5. IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

12.1.5.2. Por outro lado, de acordo com o art. 16 do Decreto no 7.892/2013, a existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

12.1.5.3. Para a aquisição em tela, a justificativa para a utilização do Sistema de Registro de Preço é baseada no Inc. IV do Art.3º do Decreto 7.892/2013.

12.1.6. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência:**

12.1.6.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

12.1.7.

12.1.8. **Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação:**

12.1.8.1. A comprovação de capacidade técnica será necessário apenas para o “ **Item 1** ” **que trata da Plataforma aberta de hardware e software embarcada**, a licitante deve apresentar:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13. DOS ENCARTES

- ENCARTE A - Especificações Técnicas da Solução
- ENCARTE B - Modelo para apresentação de Proposta de Preços;
- ENCARTE C - Estudos Técnicos Preliminares
- ENCARTE D - Mapa de Gerenciamento de Riscos

**14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA Nº 125/PROAD/UFFS/2020.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

INTEGRANTE TÉCNICO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Luciano Lores Caimi Professor de Magistério Superior SIAPE: 1781719	INTEGRANTE REQUISITANTE <i>Assinado digitalmente</i> _____ Nedilso Lauro Brugnera Professor de Magistério Superior SIAPE:1833220
INTEGRANTE TÉCNICO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Fernando Bevilacqua Professor de Magistério Superior SIAPE: 1816330	INTEGRANTE REQUISITANTE <i>Assinado digitalmente</i> _____ Rubens Fey Professor de Magistério Superior SIAPE: 2018593
INTEGRANTE TÉCNICO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Lucas Rodrigues Piovesan Técnico em Audiovisual SIAPE: 2129232	INTEGRANTE TÉCNICO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Luciano da Silva Lopes Técnico de Tecnologia da Informação SIAPE: 1945504
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Renato Tonello Administrador SIAPE: 1668717	INTEGRANTE TÉCNICO <i>Assinado digitalmente</i> _____ Giovani Zandonai Analista de Tecnologia da Informação SIAPE: 2388404

Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

Assinado digitalmente

Ronaldo Antonio Breda
Secretário Especial de Tecnologia da Informação
SIAPE: 1827490

Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema

Aprovo,

Autoridade Competente

Assinado digitalmente

Gelson Roque Guzzon
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura - Em Exercício
1793267

Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema



Emitido em 13/11/2020

F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18/2020 - SETI (10.17.08.24)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 10:37)

FERNANDO BEVILACQUA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.17.08.05.05)
Matrícula: 1816330

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 15:29)

GELSON ROQUE GUZZON
PRO-REITOR - SUBSTITUTO
VICE-CHEFE DE UNIDADE
PROAD (10.17.08.15)
Matrícula: 1793267

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 14:04)

LUCAS RODRIGUES PIOVESAN
TECNICO EM AUDIOVISUAL
ADM - CL (10.17.08.04.16)
Matrícula: 2129232

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 10:02)

LUCIANO DA SILVA LOPES
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
ASSGAS - LS (10.17.08.07.01.06.03)
Matrícula: 1945504

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 10:12)

LUCIANO LORES CAIMI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.17.08.05.05)
Matrícula: 1781719

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 10:03)

NEDILSO LAURO BRUGNERA
ASSESSOR - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
ASSITEC (10.17.08.30)
Matrícula: 1833220

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 15:26)

RENATO TONELLO
ADMINISTRADOR
DI (10.17.08.15.08.05.01)
Matrícula: 1668717

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 11:49)

RONALDO ANTONIO BREDAS
SECRETARIO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
SETI (10.17.08.24)
Matrícula: 1827490

(Assinado digitalmente em 13/11/2020 10:06)

RUBENS FEY
PRO-REITOR - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
PROAE (10.17.08.16)
Matrícula: 2018593